A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

Tércia Maria Ferreira da Cruz⁷

RESUMO

Apresenta-se por meio deste artigo uma contextualização do papel da mídia na divulgação de notícias de crimes e violência, e a sua repercussão no sistema de Segurança Pública. Analisa-se a possibilidade de interação entre a Mídia e a Segurança Pública com a Sociedade, de forma a mobilizar as pessoas a se tornarem agentes ativos na defesa dos seus interesses. Discorre-se sobre a Teoria do Agendamento (*agenda-setting*), que a partir das notícias veiculadas, influencia as pessoas a se engajarem na resolução dos problemas relacionados com a criminalidade e a violência.

PALAVRAS-CHAVES: Mídia, Segurança Pública, Crime, Violência.

ABSTRACT

This article presents a contextualization of the role of the media being broadcasted by the crime and violence news and its reflections in the public security policy. It analyses the interaction between the media and the public security in the society. People must become active agents in the defense of their own interests. In this article the agenda-setting theory is researched through the broadcasted news and its influence on the people and the engagement in the solution of problems related to crime and violence.

KEY WORDS: Media, Public Security, Crime, Violence.

1. INTRODUÇÃO

---

⁷ Tércia Maria Ferreira da Cruz MAJOR PMSC, formada pela Academia de Polícia Militar da Trindade. É especialista em Administração de Segurança Pública. Lotada na Agência Central de Inteligência e é mestranda do Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento - EGC/UFSC.

Ao longo da história da humanidade, a segurança tem sido uma necessidade essencial na vida do homem. Segundo o psicólogo americano Abraham Harold Maslow, dentro da escala hierárquica das necessidades do ser humano, a segurança figura em segundo lugar, superada apenas pelas necessidades fisiológicas. Para MASLOW (1943), quando as necessidades fisiológicas estão satisfeitas, as necessidades localizadas no nível imediatamente superior começam a dominar o comportamento do homem. Essas são as chamadas necessidades de segurança. As necessidades de segurança são necessidades de proteção contra o perigo, a ameaça e a privação.

A segurança pode ser abordada sob vários aspectos, tais como, segurança alimentar, segurança do trabalho, segurança doméstica, segurança do trânsito, segurança da informação, segurança privada, segurança pública, etc. Neste artigo será abordado o tema da segurança pública.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144 refere-se a segurança pública, nos seguintes termos: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...]”. Já no artigo 5º, inserido no capítulo que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, refere-se à segurança, como direito fundamental, conforme a seguinte descrição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos [...]”.

O tema Segurança Pública tem estado em evidência através da divulgação pela mídia, que cotidianamente pauta os assuntos relacionados aos crimes e a violência que afetam a vida da população. A cobertura da mídia tem sido cada vez mais abrangente, com o acompanhamento no local dos fatos e divulgação muitas vezes simultânea às ações criminosas e às operações policiais.

O papel da mídia vai muito além da cobertura e divulgação das notícias sobre segurança pública. Ela mobiliza as pessoas a pensar e agir sobre os fatos noticiados. Todavia, questiona-se qual deve ser o limite a que devem submeter-se os meios de comunicação diante do crime e da violência, para evitar enfoques que levem a espetacularização, desviando-se do objetivo principal do jornalismo, que é levar a informação voltada ao interesse público.

É imprescindível que os meios de comunicação assumam um papel ético e institucional diante da cobertura de temas relacionados à segurança pública, pois através dos regis-

tros policiais, é possível verificar e identificar que muitas vezes os cidadãos procuram a polícia para relatar denúncias, comunicar um crime ou contravenção, a partir de notícias veiculadas pelos meios de comunicação.

Os órgãos de Segurança Pública também têm se valido da mídia para repassar orientações à população, bem como para obter apoio das pessoas para prestarem informações sobre fatos que possam ajudar no trabalho da polícia.

Assim, através da divulgação, a mídia estimula debates sobre Segurança Pública e influencia a opinião pública sobre o sentimento de segurança ou insegurança pública, alterando a quantidade e a qualidade de idéias disponíveis sobre o tema na sociedade.

A comunidade, por sua vez, também encontra da mídia um canal de comunicação com os órgãos de Estado, expressando as suas necessidades e suas opiniões, colaborando assim com a segurança pública.

2. SEGURANÇA PÚBLICA

Para se entender o que é Segurança Pública, deve-se conhecer o conceito mais abrangente, que é Ordem Pública, pois a segurança pública é um dos componentes, que juntamente com a tranquilidade pública e salubridade pública, completam o entendimento do que vem a ser Ordem Pública.

Para Lazzarini (1986, p. 13 e 14):

[...] a ordem pública é mais fácil de ser sentida do que definida, mesmo porque ela varia de entendimento no tempo e no espaço. Aliás, nessa última hipótese, pode variar, inclusive dentro de um determinado país. Mas sentir-se-á a ordem pública segundo critérios de ordem superior, políticos, econômicos, morais e, até mesmo, religiosos. A ordem pública não deixa de ser uma situação de legalidade e moralidade normal, apurada por quem tenha competência para isso sentir e valorar. A ordem pública, em outras palavras, existirá onde estiver ausente a desordem, isto é, os atos de violência, de que espécie for, contra as pessoas, bens ou o próprio Estado. A ordem pública não é figura jurídica, embora se origine e tenha a sua existência formal.

Assim, pode-se considerar a manifestação da ordem pública como uma atividade destinada a manter a ordem social, referida às pessoas, bens e instituições sociais em geral.

Para Moreira Neto (1987, p. 152), ordem pública é: “O conjunto de regras

formais, coativas, que defluem do ordenamento jurídico da nação, tendo por escopo regular, as relações sociais em todos os níveis e visando estabelecer um clima de convivência harmoniosa e pacífica, representando, assim, uma situação ou condição que conduz ao bem comum”.

O artigo 144 da Carta Magna define que a segurança pública é dever do Estado, contudo, refere-se como sendo responsabilidade de todos. Entende-se como todos, as pessoas, os poderes e as instituições públicas e privadas.

A participação do Estado é feita através de alguns órgãos que tem a responsabilidade primordial de zelar pela efetiva aplicação de medidas que garantam a segurança dos cidadãos. A Constituição Federal prevê como responsáveis pela Segurança Pública cinco organizações policiais, que são: Polícia Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Civil e a Polícia Militar, além dos Corpos de Bombeiros Militares, cada qual com suas atribuições.

Antes de discorrer-se sobre Segurança Pública, primeiramente cabe analisar o significado da palavra Segurança, que é um sentimento que internamente mostra ao indivíduo a sua vulnerabilidade a uma determinada situação, sendo a segurança então, um estado de tranqüilidade. A busca por segurança foi um dos motivos que fez o homem se reunir em sociedade.

Para Delumeau (1989, p.19), “a necessidade de segurança é, portanto fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo da morte e a segurança símbolo da vida”.

Para Bobbio (1997, p.312), o conceito de segurança toma a abrangência estatal, não mais observando a segurança individual acima abordada, sendo que este autor a define como:

“A situação de estabilidade do sistema institucional e de desenvolvimento ordenado da coletividade nacional no quadro dos princípios constitucionais, originariamente englobados num ordenamento.”

Esse conceito de Bobbio já traz em seu bojo a essência do conceito de Segurança Pública, uma vez que não mais se restringe ao indivíduo, abordando aspectos institucionais e coletivos de sua abrangência.

A Segurança Pública é um assunto relevante pela complexidade e diversidade das suas causas e conseqüências à sociedade. Somente a participação efetiva do Estado,

em parceria com a sociedade organizada poderá reverter o quadro de insegurança, que hoje se apresenta.

Os dados estatísticos divulgados ao longo dos anos mostram que a Segurança Pública é um dos problemas que mais aflige a população brasileira. Os índices da violência e criminalidade têm sido cada vez maiores, acompanhando o processo de aumento das populações urbanas.

De acordo com o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, elaborado pelo Instituto RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, e divulgado pelos Ministérios de Estado da Justiça e da Saúde, o número total de homicídios registrados no Brasil, no período de 1996/2006 teve um acréscimo de 20%, sendo que o aumento da população no mesmo período foi de 16,3%.

3. SOCIEDADE, CRIME E VIOLÊNCIA

A história da humanidade registra um passado com muitas guerras e intranquilidade dos povos e nações. Giddens (1991, p. 109), ao se referir à sociedade pré-industrial traduz o quadro de segurança e insegurança nas sociedades:

“Poucos grupos da população podiam sentir-se seguros por longos períodos da violência ou da ameaça de violência por parte de exércitos invasores, bandoleiros, senhores da guerra locais, salteadores, ladrões ou piratas. Os meios urbanos modernos são considerados perigosos devido ao risco de um ataque ou assalto. Mas, não apenas é este nível de violência caracteristicamente menor se comparado com muitos cenários pré-modernos; tais meios são apenas bolsões de violência relativamente pequenos dentro de áreas territoriais maiores, nas quais a segurança contra a violência física é imensamente maior do que jamais foi possível em regiões de tamanho comparável no mundo tradicional.”

A sociedade contemporânea é mais segura, se comparada com a história de violência do passado, porém a sensação de insegurança registra um apelo e demanda social por segurança de forma incessante, pois a insegurança vivenciada atualmente possui características muito mais dinâmicas, globalizadas e muitas vezes alicerçadas em aparatos tecnológicos, tornando as pessoas vítimas do desconhecido, do novo, daquilo que não dispõe de meios para se proteger. Exemplos dessa insegurança são os crimes cibernéticos e os ataques com agentes químicos.

Assim como a segurança, a insegurança também é refletida pela percepção das pessoas, traduzida pelo medo, pelo risco ou por uma ameaça, que por vezes nem mesmo são fatos concretos. O medo da violência faz com que as pessoas tenham reações as mais diversas, que variam de indivíduo para indivíduo e de situação para situação.

A respeito do medo da violência, Delpierre (1974 *apud* Delumeau, 1989, p. 30) discorre:

“Um [...] efeito do medo é a objetivação. Por exemplo, no medo da violência, o homem ao invés de lançar-se à luta ou fugir dela, satisfaz-se olhando-a de fora. Encontra prazer em escrever, ler, ouvir, contar histórias de batalhas. Assiste com certa paixão às corridas perigosas, às lutas de boxe, às touradas. O instinto combativo deslocou-se para o objeto.”

Na verdade, o que se tem observado é que as pessoas ficam fascinadas pela violência, em especial pelas notícias de violência. A satisfação relatada por Delpierre, não decorre da sua inércia diante dos acontecimentos, mas, diante dos próprios fatos que lhe dão certo prazer, enquanto espectador.

Michaud (1989, p. 11), entende que: “há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de uma maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.”

Esse entendimento nos leva a concluir que a violência pode afetar ou atingir as pessoas em todos os espaços da vida em sociedade, ou seja, no ambiente familiar, escolar, profissional, de lazer e nos mais diversos espaços ocupados pelo homem.

Para Amoretti (1992, p. 41), violência pode ser definida como o ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico, através da força ou da coação, exercer opressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro.

O cientista francês Jean-Claude Chesnais, especialista em violência urbana, apresenta alguns fatores que para ele dão origem a situação da violência urbana do Brasil.

Para Chesnais (1996) os fatores são os seguintes:

1. Fatores sócio-econômicos (pobreza, agravamento das desigualdades, herança da hiper-inflação).
2. Fatores institucionais: insuficiência do Estado, crise do modelo familiar, recuo do poder da Igreja.
3. Fatores culturais: problemas de integração racial e desordem moral.

4. Demografia urbana: as gerações provenientes do período da explosão da taxa de natalidade no Brasil chegando à vida adulta e surgimento de metrópoles sem a mínima infra-estrutura.

5. A mídia, com seu poder, que colabora para a apologia da violência.

6. A globalização mundial, com a contestação da noção de fronteiras e o crime organizado (narcotráfico, posse e uso de armas de fogo, guerra entre gangues).”

É importante observar que nas causas elencadas por Chesnais, a maioria delas surge na própria sociedade, geradas, principalmente, por fatores sócio-econômicos e institucionais, evidenciando a imprescindível participação do Estado na busca de soluções para o problema da violência, decorrente dos fatores acima relacionados.

Os registros mais comuns que temos de violência nos remetem aos crimes e contravenções como homicídios, assaltos, seqüestros, estupros, atentados, agressões físicas, acidentes de trânsito, etc, porém a violência também prospera na marginalidade provocada pelo desemprego, desestrutura familiar, uso de drogas, fome, analfabetismo e impunidade.

Assim, no nosso dia a dia, convivemos com as mais diversas manifestações de violência.

No entanto, nem sempre quando se fala de crime se está falando de violência, e vice-versa, pois assim como existe crime sem violência, também existe violência sem crime. Os crimes digitais, como as invasões em contas bancárias, os furtos de segredos industriais, e os desvios de dinheiro público, se dão sem o cometimento de ato violento, embora sejam repugnados pela sociedade e tipificados em lei como crime.

O homicídio é o crime que é utilizado como indicador de violência geral na sociedade, por ser a forma mais extrema do comportamento violento do ser humano, resultando na última possibilidade de resolução do conflito. Assim como uma epidemia tem sua gravidade classificada pelo número de mortes que ocasiona, também a violência é classificada pelo número de mortes que gera.

Para Rolim (2006, p. 187):

O contato com a morte violenta e intencional, a partir da mediação do relato, nos aproxima do extremo, compreendido como o limite que não pode ser transposto. O que, talvez, nos ofereça uma forma pela qual possamos contornar nossos impulsos mais obscuros e ancestrais. Assim, quando tratamos da violência e, especialmente quando tratamos do assassinato, é possível que estejamos também “nos livrando” de algo.

Esta seria uma explicação e um entendimento para a reação das pessoas diante de notícias de crime e violência. Quando as pessoas, através da mídia, tomam conheci-

mento desses acontecimentos sentem-se aliviadas em saberem que os outros é que praticam atos violentos e que elas têm uma boa índole, sentindo-se incapazes de cometer tais atos. Funciona como se fosse uma auto-afirmação de sua conduta.

4. MÍDIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Na sociedade atual, os meios de comunicação desempenham um papel significativo na vida do homem, que em apenas alguns segundos pode conectar-se com outras pessoas em diferentes partes do mundo e a partir daí ter acesso as mais diversas informações.

Bertrand (1999, p. 29), afirma, “ninguém possui conhecimento direto do conjunto do globo. Além de sua experiência pessoal, o que se sabe provém da escola, de conversas – mas, sobretudo da mídia. Para o homem comum, a maior parte das regiões, das pessoas, dos assuntos dos quais a mídia não fala, não existem”. Ou seja, a todo instante surgem novas informações e os meios de comunicação exercem papel fundamental na divulgação dos acontecimentos que fazem parte da vida do ser humano. É através da mídia, na maior parte do tempo, que nos atualizamos sobre economia, política, saúde, segurança pública, governos nacional e internacional, costumes, moda, padrões, etc.

Souza (2000, p.127) concebe, “[...] os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à partida, determinadas interpretações para essas mesmas realidades.” Desta forma, fatos que acontecem distantes da nossa realidade tornam-se próximos e são incorporados ao nosso cotidiano, através da divulgação pela mídia.

Os temas segurança pública, criminalidade e violência têm ganhado notoriedade nos últimos anos nos programas jornalísticos da televisão brasileira e no mundo. A violência não seria notícia se de fato ela não existisse. Com a globalização, a humanidade vive uma sensação ainda maior de insegurança, pois tem acesso as mais diversas informações sobre guerras, guerrilhas, confrontos, homicídios, seqüestros, assaltos, tráfico de drogas, acidentes de trânsito que acontecem em todos os lugares, e não somente ao seu redor.

Rolim (2006, p.190) observa que:

“[...] o primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramáticos a partir de um “tensionamento” de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como “fato” – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna a regra – o que, infelizmente, é o caso -, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade.

Quando as notícias de crimes e violência são divulgadas sem haver uma contextualização dos fatos, ou seja, uma explicação sobre as circunstâncias em que ocorreram os crimes, qual a história das vítimas e dos autores envolvidos, etc., a tendência é que as pessoas formem uma opinião de que estão vivendo numa sociedade insegura, e que a qualquer momento podem ser a próxima vítima. Daí, a importância da responsabilidade social da mídia em veicular notícias de segurança pública, procurando contextualizar os fatos para um melhor entendimento do público.

Karam (2004, p.47) entende que:

“[...] existe uma possibilidade de contribuição social efetiva do jornalismo para o entendimento imediato do mundo, de que forma, de como nele intervir, de como nele agir. Parece-me responsabilidade também do mundo profissional jornalístico avaliar que contribuições pode dar um indivíduo no todo social e como constituir a subjetividade com outros indivíduos, gerando, pela linguagem, a integração diversificada entre singular, particular e universal.”

Assim, na elaboração de uma notícia, o jornalista decompõe um fato, reorganizando-o para melhor entendimento e capacidade de análise crítica pelo público, garantindo assim a interpretação adequada da notícia veiculada, evitando distorções na compreensão da mensagem.

Rolim (2006, p.197) acrescenta que “[...] os noticiários sobre o crime induzem à superestimação do risco real enfrentado pelas pessoas e, especialmente, criam uma imagem irreal sobre os riscos enfrentados pelas elites, pelas pessoas brancas de classe média e pelas mulheres brancas.”

Fatos que ocorrem em locais e realidades bastante diversas, são veiculadas pela mídia indistintamente à toda população, assim, por exemplo, crimes que acontecem nas metrópoles, são inseridos na realidade de pessoas que vivem em pequenas cidades, onde, se não houvesse a divulgação, tais fatos não seriam conhecidos. A partir desse

conhecimento as pessoas passam a vivenciar aquela realidade como se fosse a sua. Quando se ouve falar em violência generalizada, certamente a mídia tem um papel de universalizar esse fenômeno.

Amoretti (1992, p.37) defende que o estudo das causas, conseqüências e justificativas da violência é um tema primordial na sociedade atual e tem uma importância destacada, parecendo depender desta compreensão a possibilidade de sobrevivência da humanidade. No mundo globalizado pelas telecomunicações, a divulgação da violência tem caráter instantâneo e presença nas casas da maioria das pessoas, ocupando grandes espaços nos noticiários, filmes de ficção ou mesmo na literatura. O que surpreende é que as notícias de violência e crimes fascinam as pessoas.

A relação da mídia com a segurança pública é muito próxima, pois grande parte dos registros de crimes e contravenções que ocorrem na sociedade, só se tornam de domínio público, através da divulgação pela mídia. É como se a mídia criasse a violência. E de certa forma cria, pois aquilo que as pessoas não tomam conhecimento, para elas não existe. No entanto, é importante salientar que os fatos acontecem independentes da mídia, o que ela faz é divulgá-los e torná-los acessíveis a um número maior de pessoas.

Cornu (1999 p.227), adverte que “[...] o sistema mediático não tem unicamente por função informar. Compete-lhe também distrair, cativar, fascinar um público, fixar a atenção sobre temas, orientar os julgamentos, estimular compromissos, formar convicções, criticar decisões.” Um exemplo de fixação e atenção sobre um tema, ocorre quando os meios de comunicação pautam a notícia de um determinado crime por um período longo, fazendo com que o tema seja assunto do dia a dia das pessoas, estimulando-as a dar maior atenção aquele tema, passando a denunciar fatos semelhantes, desencadeando assim uma “onda” de fatos da mesma natureza. É interessante ressaltar que se não fosse pela divulgação da mídia, esses fatos não receberiam a atenção por parte das pessoas.

Para Gomis (1997, p. 187), “notícias de repercussão mobilizam os atores sociais, que produzem novos fatos e fazem com que eles sejam também noticiados. A mediação generalizada estimula a ação social”. Essa mobilização cria um sentimento de participação, de cooperação, de utilidade, fazendo com que as pessoas exercitem a sua cidadania, contribuindo, no caso da segurança pública para a diminuição da violência e da criminalidade.

Gomis (1997, p. 42), afirma que “A interpretação da realidade social como um conjunto de notícias é uma interpretação motivadora da sociedade. Faz com que as pessoas falem, pensem e atuem, que queiram interferir nessa mesma realidade que se dá a conhecer.”

Assim as pessoas não são apenas espectadores, são agentes ativos que recebem a informação, as interpretam e reagem de acordo com a sua percepção e muitas vezes produzem uma nova dinâmica ao fato noticiado.

Rolim (2006, p. 208), observa que em diversos países as polícias tem encontrado na mídia uma parceria para ajudar no trabalho de investigação e na identificação de criminosos. Atualmente as pessoas podem locomover-se por grandes distâncias num curto período de tempo. Assim, é comum que infratores que cometam crimes em uma cidade, estado ou país, refugiem-se em locais distantes daquele em que praticou o delito. Com a veiculação do fato na mídia, muitas vezes inclusive com divulgação de fotos e retratos falados, esses infratores são identificados nos locais onde se refugiaram e denunciados para a polícia, a partir de notícias veiculadas pela mídia.

Existem programas de televisão e até jornais especializados na divulgação de notícias com imagens, fotos e retratos falados cujo objetivo é estimular as pessoas a denunciarem os suspeitos, ligando para a polícia ou até mesmo diretamente para aquele meio de comunicação. Um fato interessante é que esses programas têm alcançado cada vez mais altos índices de audiência, comprovando o interesse da população pelo tema.

Para Rolim (2006, p. 208), “Quando se divulga um crime e se permite que determinados detalhes sejam conhecidos, procura-se também estimular eventuais testemunhas ou pessoas que disponham de informações relevantes a procurarem a polícia”. Dessa forma a mídia pode também contribuir para o trabalho da polícia, com a obtenção de informações trazidas por pessoas que se sentiram estimuladas a colaborar, a partir da veiculação da notícia.

5. A TEORIA DO AGENDAMENTO E A SEGURANÇA PÚBLICA

Os efeitos dos meios de comunicação na sociedade têm importância fundamental para compreender e entender a influência que a mídia exerce na formação da opinião pública. Ao estudar esse fenômeno não se pode ignorar que os meios de comunicação atuam de forma decisiva no cotidiano das pessoas, na medida em que através deles são disseminados informações e notícias, que vão pautar a vida das pessoas em sociedade.

Dentre as teorias que explicam os efeitos dos meios de comunicação, apresenta-se a Teoria do Agendamento (*agenda-setting*), que defende que:

“em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass média* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (Shaw, 1976 *apud*, Wolf, 2001, p. 144).

Busca-se na Teoria do Agendamento (*agenda-setting*), a fundamentação teórica para embasar a hipótese de que a mídia exerce influência nas pessoas, na percepção da violência.

Traquina (2000, p. 17), entende que a possibilidade de haver uma relação de causa e efeito entre a agenda dos meios de comunicação e a agenda da sociedade já foi objeto de estudo nos anos 20, no ano de 1922, quando Walter Lippmann argumentava que a mídia era o principal elo entre o que acontecia no mundo e a idéia que as pessoas faziam desses acontecimentos.

Mesmo sem o conceito de agendamento, ali começavam os primeiros estudos do que hoje se denomina agenda pública. Em 1963, Bernard Cohen, avançou na definição do conceito de agendamento quando afirmou que mesmo que a mídia não consiga dizer como as pessoas devem pensar, na maioria das vezes define sobre o que pensar.

A violência sempre teve um papel destacado na mídia, quer seja a violência doméstica, das guerras ou a violência urbana que está mais próximo das pessoas e que causa um maior interesse, pois interfere no dia a dia das pessoas, faz parte do seu cotidiano e simboliza a realidade concreta. Diante desta constatação, é importante afirmar também que o fascínio das pessoas pelas notícias de violência confere a essas notícias um lugar de destaque, sendo muitas vezes, manchetes de jornais e ocupando um tempo considerável e alcançado altos índices de audiência, nos horários nobres da televisão.

Traquina (2000, p. 28), observa que na construção da notícia, a utilização de enquadramentos (*frames*) que foi aplicado por Erving Goffman, em 1975, são padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, na organização do discurso, quer seja verbal ou visual. Os enquadramentos não são explícitos, mas têm uma grande importância como mensagens subliminares.

Assegura Gamson e Modigliani, 1989 *apud*, Traquina, (2000, p. 29) “Os enquadramentos são transmitidos por cinco dispositivos: as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas (*catchphrases*), as descrições e as imagens (filme, fotografia, caricaturas)”.

Esta técnica de construção da notícia é muito utilizada na divulgação de notícias de violência, sobretudo nos noticiários da televisão, com a descrição e as imagens de crimes e delitos, que seduzem os telespectadores e provocam emoções e reações. Observa-se que quando são utilizadas fotografias e caricaturas nas notícias de violência, a reação é quase que imediata. As pessoas telefonam para a polícia, no intuito de colaborar com a localização de uma pessoa desaparecida, de um fugitivo procurado pela justiça, ou de uma pessoa que cometeu um crime, declarando o que sabem sobre o caso divulgado na mídia.

Mccombs e Weaver (1973 *apud* TRAQUINA, 2000, p. 33), entendem que em algumas situações o agendamento não se estabelece da mesma forma para todas as questões e pessoas, pois de acordo com as características individuais e de acordo com a maior ou menor “necessidade de orientação”, as pessoas reagem de forma diferenciada.

A necessidade de orientação é um fenômeno constatado por diversos autores, e consiste na necessidade que as pessoas têm de obter informações sobre determinado assunto, estando propensas a uma maior exposição aos meios de comunicação, sujeitando-as ao agendamento da mídia.

No caso da segurança pública, principalmente nas grandes cidades, onde a segurança tem uma relevância muito grande na vida das pessoas, todos têm necessidade de estarem informados e adotarem medidas de prevenção para não se tornarem vítimas da violência. A ação da mídia na divulgação de ocorrências policiais, principalmente naqueles programas jornalísticos que dão maior ênfase aos detalhes dos fatos violentos, com exposição das vítimas e dos autores, torna o espectador susceptível ao agendamento.

6. CONCLUSÃO

É através da televisão, rádio, internet e jornais que grande parte da população tem acesso aos fatos que acontecem ao seu redor e em todo o mundo. Acontecimentos ocorridos em lugares muito distantes se tornam próximos e interferem no cotidiano das pessoas a partir da sua divulgação. A mídia noticia temas dos mais variados, atingindo

todas as camadas sociais, cada qual reagindo de forma diferente, de acordo com os seus interesses e necessidades sobre o assunto em pauta. Desta forma, as notícias jornalísticas têm um espaço significativo na vida das pessoas.

Os fatos que geram a notícia são, através dessa, tornados de conhecimento público e passam a constituir, em conjunto com outras informações provenientes das interações sociais, uma base para a construção de uma determinada realidade, de acordo com a relevância do fato noticiado e a capacidade que a notícia teve de gerar esse estado de coisa.

Também a segurança pública tem encontrado na mídia uma parceria para as ações de prevenção e preservação da ordem pública. São inúmeros os contatos feitos com a polícia em que o cidadão relata uma denúncia, presta informação, fornece a descrição de assaltantes e estupradores, a partir de notícias veiculadas na mídia.

Quando determinado veículo de comunicação apresenta uma notícia de crime ou violência, com relatos do ocorrido, mostrando imagens e contando a história das pessoas envolvidas, o telespectador/leitor dá uma resposta, interagindo com a polícia, mostrando que os efeitos midiáticos influenciam a percepção do público, estimulando-o a colaborar com a segurança pública.

Desta forma verifica-se que existem evidências do agendamento, pois a partir das notícias veiculadas determinados temas são priorizados e se tornam objetos de atenção por parte do público.

Finalizando, para embasar a hipótese de que a mídia exerce influência nas pessoas, na percepção da violência, a próxima etapa deste estudo será a realização de uma pesquisa com material empírico coletado nos registros de ocorrências policiais da Central de Emergência 190 da Polícia Militar – CIEMER 190, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, com o objetivo de identificar, a partir do histórico do boletim de ocorrência, se a motivação para a denúncia ou comunicação de um fato, foi em razão da divulgação de matéria jornalística na mídia.

7. REFERÊNCIAS:

AMORETI, Rogério. *Psicanálise e Violência*. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

BERTRAND, C. *A Deontologia das Mídias*. Tradução Loureiro, Maria Leonor. Bauru, EDUSC, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 10 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BRASIL, *Constituição Federal*. Brasília, 1988.

CHESNAIS, Jean-Claude. *O aumento da violência criminal no Brasil*. Tradução Luiz Gonzaga de Freitas. Força Policial, São Paulo, n. 9, jan./mar, 1996.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação*. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMIS, Lorenzo. *Teoria del Periodismo: como se forma el presente*. Paidós Comunicación. 1997.

HOHLFELDT, Antonio. *Os Estudos sobre a Hipótese de Agendamento*. Revista Famecos nº 7. Porto Alegre, 1997.

KARAM, Francisco José Castilhos. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

LAZZARINI, Álvaro. *Polícia de Manutenção da Ordem Pública*. (In.) *Direito Administrativo da Ordem Pública*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

MASLOW, Abraham Harold. *The Theory of Human Motivation*. *Psychological Review*. 1943. Disponível em: <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. Acesso em: 11 Jun. 2008.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Polícia de Manutenção da Ordem Pública e suas Atribuições*, (In.) *Direito Administrativo da Ordem Pública*. Rio de Janeiro. Forense, 1987.

RITLA, Instituto. *Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros 2008*. Disponível em: http://www.ritla.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2314&Itemid=147. Acesso em: 10 jul. 08.

ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SOUSA, J. P. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação mass media: contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking*. Lisboa: Editorial Presença, 7^a ed., 2002.